

MINUTA

Violência obstétrica, uma violência disfarçada

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

1.

O parto não é algo fácil, nunca foi. Para além das horas que pode demorar, o esforço e a dedicação que são necessários acabam por ser imensamente desgastantes. Felizmente, a medicina moderna é capaz de colmatar a maioria das dificuldades durante o parto, pondo o conforto d@ paciente em primeiro lugar, antes, durante, e após o parto. Todavia, há algo que a medicina moderna ainda não conseguiu erradicar: a violência obstétrica.

A violência obstétrica consiste no abuso sofrido por indivíduos antes, durante, e após o parto, na procura de serviços de saúde. Este abuso pode ser físico ou psicológico, propiciando o trauma para @ indivíduo ou até para @ bebé. A violência obstétrica é maioritariamente associada aos profissionais de saúde, mas, na verdade, também tem uma forte ligação às falhas estruturais do sistema de saúde como um todo (clínicas e hospitais, por exemplo).

Em Portugal, as pessoas grávidas “foram mais submetidas a práticas não recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) do que as mulheres de outros países europeus (...)”, de acordo com um estudo recente, publicado na revista The Lancet Regional Health Europe. Os dados desta investigação também revelam que, no total dos indivíduos europeus que entraram em trabalho de parto (18063), 31% dos portugueses afirmaram ter um parto instrumentado, ou seja, foram usados instrumentos como ventosas ou fórceps para ajudar na saída d@ bebé.

O inquérito que esta investigação teve por base envolveu mais de 21 mil indivíduos capazes de gravidez, desenvolvido de acordo com os standards da OMS. Segundo este, 41% dos participantes portugueses foram vítimas de violência obstétrica através da realização de episiotomias (forma mais comum de violência obstétrica em Portugal), o dobro da média europeia (20%); a manobra de Kristeller foi utilizada em 49% dos portugueses com partos vaginais instrumentados, sendo a média europeia 41%; além disso, 63% destes partos não foram consentidos, não tendo sido pedido qualquer tipo de consentimento, sendo que a média dos outros países foi de 54%.

“Em Portugal, 42% das vítimas disseram não ter tido envolvimento nas escolhas durante o parto, 32% afirmaram não ter sido tratadas com dignidade e 28% mencionaram que não existiu uma comunicação eficaz por parte dos profissionais de saúde (...).”

Em 2019, foi criada uma lei para a “proteção na preconceção, na procriação medicamente assistida, na gravidez, no parto, no nascimento e no puerpério (...)”, a Lei 110/2019. No entanto, ainda não foram criadas sanções preventivas, sendo que apenas se age quando o ato foi cometido. Portanto, esta lei, mesmo tentando ajudar, não diminuiu as percentagens, como podemos ver no estudo anterior.

Referências

<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/110-2019-124539905>

<https://www.maxima.pt/atual/detalhe/violencia-obstetrica-portugal-com-taxas-acima-da-media-europeia>

<https://setentaeguatro.pt/ensaio/violencia-obstetrica-existe-em-portugal>

<https://eg.uc.pt/retrieve/227461/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sara%20Claudino%20Duarte%20PDF.pdf>

<https://www.ordemenfermeiros.pt/media/23489/sai-oe-2021-6515.pdf>

<https://observatorio.almedina.net/index.php/2022/03/14/violencia-obstetrica-tendencias-legislativas-em-portugal/>

2. PROPOSTAS

Deve a Juventude Socialista defender a,

1. Consciencialização das pessoas acerca da violência obstétrica, através de campanhas de sensibilização.
2. Propor a reavaliação e apoiar o maior acompanhamento em planeamento familiar;
3. Obrigatoriedade do esclarecimento e consentimento informado antes do parto, sobre os métodos a ser utilizados no seu parto;
4. Investigação sobre aplicação de sanções disciplinares aos profissionais de saúde que violem os direitos do paciente neste cenário de gravidez.

A Juventude Socialista,

Braga, 17 de dezembro de 2022